

EXMO. SR. HAMILTON RAPOSO DE MIRANDA NETO MD - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO

Senhor Presidente,

Ver. Hamilton Miranda
PRESIDENTE

Encaminho a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 0027/2008, que Veda o Assédio Moral nos Órgãos da Administração Pública Municipal de Governador Edison Lobão.

Esperamos a aprovação pelo o Poder Legislativo, e que continue atenta às questões de grande importância, numa demonstração de estar cumprindo com o seu dever que é, dentre outros, o de representar os anseios do povo.

Na certeza de estar contribuindo para a transparência dos poderes, aguardamos a aprovação do mesmo.

Atenciosamente,

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores do Município de Governador Edison Lobão – Maranhão, aos 14 dias do mês de novembro do ano de 2008.

RECLUEMOS

RAIMUNDO LIMA DE MORAES

Vereador

Assinatura

EM 17/19 19008

LONGUETO

ASSINATURA

JUSTIGA



PROJETO DE LEI Nº. 0027/2008

APROVADO EM 12 | 12 | 1200 |
Ver. Hamilton Miranda
PRESIDENTE

VEDA O ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- **Art. 1º** Fica vedado o assédio moral no âmbito da administração pública municipal de Governador Edison Lobão, submetendo o servidor a procedimentos repetitivos que impliquem em violação de sua dignidade ou, por qualquer forma, que o sujeitem as condições de trabalho humilhantes ou degradantes.
- Art. 2º Considera-se assédio moral para os fins de que trata a presente Lei, toda ação, gesto ou palavra, praticada de forma repetitiva por agente, servidor, empregado, ou qualquer pessoa que, abusando da autoridade que lhe confere suas funções, tenha por objetivo ou efeito atingir a auto-estima e a autodeterminação do servidor, com danos ao ambiente de trabalho, ao serviço prestado ao público e ao próprio usuário, bem como à evolução, à carreira e à estabilidade funcionais do servidor, especialmente:
- I Determinando o cumprimento de atribuições estranhas ou atividades incompatíveis com o cargo que ocupa, ou em condições e prazos inexequíveis;
- II Designando para o exercício de funções triviais o exercente de funções técnicas, especializadas, ou aquelas para as quais, de qualquer forma, exijam treinamento e conhecimento específicos;
- III Apropriando-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem;
- IV Transferir ou remover o funcionário por motivo de convicção filosófica, religiosa ou política.

Parágrafo único - Considera-se também assédio moral as ações, gestos e palavras que impliquem:

- 1 Em desprezo, ignorância ou humilhação ao servidor, que o isolem de contatos com seus superiores hierárquicos e com outros servidores, sujeitando-o a receber informações, atribuições, tarefas e outras atividades somente através de terceiros;
- 2 Na sonegação de informações que sejam necessárias ao desempenho de suas funções ou úteis a sua vida funcional;

RECEBEMOS

Em 199111 1008

Assinatura



1



- 3 Na divulgação de rumores e comentários maliciosos, bem como na prática de críticas reiteradas ou na de subestimação de esforços, que atinjam a dignidade do servidor;
- 4 Na exposição do servidor a efeitos físicos ou mentais adversos, em prejuízo de seu desenvolvimento pessoal e profissional.
- Art. 3º Todo ato resultante de assédio moral é nulo de pleno direito.
- **Art.** 4° O assédio moral praticado pelo agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que exerça função de autoridade nos termos desta Lei, é infração grave e sujeitará o infrator às seguintes penalidades:
- I advertência;
- II suspensão;
- III demissão
- § 1.º Na aplicação das penalidades serão considerados os danos que dela provierem para o servidor e para o serviço prestado ao usuário pelos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- § 2.º A advertência será aplicada por escrito nos casos que não justifique imposição de penalidade mais grave. A penalidade de advertência poderá ser convertida em frequência a programa de aprimoramento e comportamento funcional, ficando o servidor obrigado a dele participar regularmente, permanecendo em serviço.
- § 3° A suspensão será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, em montante ou percentual calculado por dia à base dos vencimentos ou remuneração, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração direta, indireta e fundacional, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- § 4º A demissão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com suspensão.
- Art. 5° Por provocação da parte ofendida, ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática de assédio moral, será promovida sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo.

**Parágrafo único** - Nenhum servidor poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou ser sancionado por ter testemunhado atitudes definidas neste artigo ou por tê-las relatado.



- **Art.** 6° Fica assegurado ao servidor acusado da prática de assédio moral direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, nos termos das normas específicas de cada órgão da administração ou fundação, sob pena de nulidade.
- Art. 7º Os órgãos da administração pública municipal direta, indireta e fundações públicas, na pessoa de seus representantes legais, ficam obrigados a tomar as medidas necessárias para prevenir o assédio moral, conforme definido na presente Lei.

Parágrafo único - Para os fins de que trata este artigo serão adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- 1 O planejamento e a organização do trabalho:
- a) levará em consideração a autodeterminação de cada servidor e possibilitará o exercício de sua responsabilidade funcional e profissional;
- b) dará a ele possibilidade de variação de atribuições, atividades ou tarefas funcionais;
- c.) assegurará ao servidor oportunidade de contatos com os superiores hierárquicos e outros servidores, ligando tarefas individuais de trabalho e oferecendo a ele informações sobre exigências do serviço e resultados;
- d) garantirá a dignidade do servidor.
- 2 O trabalho pouco diversificado e repetitivo será evitado protegendo o servidor no caso de variação de ritmo de trabalho;
- 3 As condições de trabalho garantirão ao servidor oportunidades de desenvolvimento funcional e profissional no serviço.
- **Art. 8º** A receita proveniente das multas impostas e arrecadadas nos termos do artigo 4.º desta Lei, será revertida e aplicada exclusivamente no programa de aprimoramento e aperfeiçoamento funcional do servidor.
- Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão - MA, 14 de novembro de 2008.

RAIMUNDO LIMA DE MORAES Vereador